

CIVISMO DEPREDATÓRIO: POPULARES PARANAENSES CONTRA ALEMÃES DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

DOI: 10.5935/2177-6644.20180022

DEPRECIATIONARY CIVICS:
PARANÁ PEOPLE AGAINST
GERMANS DURING THE SECOND
WORLD WAR

CIVISMO DEPREDATORIO:
POPULARES PARANAENSES
CONTRA ALEMANES DURANTE
LA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Márcio José Pereira *

Resumo: O Paraná posicionou-se favoravelmente à grande campanha de nacionalização impetrada por Vargas, em 1937, o aparato policial foi estruturado e contava com a ação conjunta das forças da Delegacia de Ordem Política e Social, da 5ª Região Militar, das Delegacias Regionais e das denúncias populares. A imprensa escrita desse período foi fundamental para divulgar o nacionalismo e a necessidade de combate aos elementos “do Eixo”. Tendo como fonte os jornais divulgados em Curitiba durante o período e as pastas temáticas organizadas pelo Fundo DOPS/PR do Arquivo Público do Paraná, objetivamos apresentar nesse artigo, como o civismo paranaense se mostrou depredatório em relação aos alemães, não só no sentido simbólico, mas na coerção e na violência física contra os sujeitos e estabelecimentos de origem estrangeira.

Palavras-chave: Civismo. Paraná. Segunda Guerra Mundial.

Abstract: Paraná was in favor of the great nationalization campaign launched by Vargas in 1937. The police apparatus was structured and counted on the joint action of the police forces of the Political and Social Order, the 5th Military Region, the Regional Police Stations and the denunciations popular. The written press of this period was instrumental in spreading nationalism and the need to combat elements of the Axis. Having as a source the newspapers published in Curitiba during the period and thematic folders organized by the DOPS / PR Fund of the Public Archive of Paraná, we aim to present in this article, how Paraná citizenship was predatory in relation to the Germans, not only in the symbolic sense, but in coercion and physical violence against subjects and establishments of foreign origin.

Keywords: Civic. Paraná. Second World War.

Resumen: El Paraná se posicionó favorablemente a la gran campaña de nacionalización impetrada por Vargas, en 1937, el aparato policial fue estructurado y contaba con la acción conjunta de las fuerzas de la Comisaría de Orden Política y Social, de la 5ª Región Militar, de las Delegaciones Regionales y de las denuncias popular. La prensa escrita de ese período fue fundamental para divulgar el nacionalismo y la necesidad de combatir los elementos "del Eje". Tiendo los periódicos publicados en Curitiba durante el período y carpetas temáticas organizadas por DOPS/ PR – Fondo del Archivo Público como fuentes, tenemos como objetivo presentar en este artículo, como en el Paraná lá civilidad resultó depredadores en relación con los alemanes, no sólo en el sentido simbólico, sino en la coerción y la violencia física contra los sujetos y establecimientos de origen extranjero.

Palabras clave: Civismo. Paraná. Segunda Guerra Mundial.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: marciomjp25@gmail.com

O Estado do Paraná estava, desde 1932, sob a égide da interventoria de Manoel Ferreira Ribas, político linha dura, aliado de Vargas e de sua extrema confiança. Durante a campanha de nacionalização, Ribas permaneceu firme ao executar todas as normas restritivas destinadas aos imigrantes, mesmo governando um Estado que teve seu crescimento social e principalmente econômico amplamente ligado ao estabelecimento dessas massas populacionais vindas da Europa desde o início do século XIX.

Na capital Curitiba, a grande massa populacional era composta de imigrantes de diferentes etnias, que iam desde a vasta comunidade polonesa/ucraniana às pequenas comunidades de asiáticos e árabes ali instaladas. Grandes bairros da cidade foram frutos de antigas comunidades de imigrantes, como Santa Felicidade, resquício do núcleo colonial italiano, ou da comunidade teuta, representada por bairros como Pilarzinho e Lamenha. Outras cidades paranaenses foram formadas ou receberam contingentes de imigrantes, podemos exemplificar com Ponta Grossa, Rolândia, Lapa, Paranaguá, Irati etc. Muitas dessas foram núcleos de colonização ou receberam levas de re-imigração do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cresceram e se desenvolveram não à sombra desses imigrantes, mas junto deles.

A difícil tarefa de encontrarem meios de comunicação e de coexistência foi gradativamente superada, e embora ocorressem ainda muitos reveses relativos ao idioma e às questões de pertencimento nacional, podemos asseverar que ocorreram trocas culturais e que a convivência entre culturas díspares já não era motivo de desentendimento entre vizinhos. Avivamos que até mesmo a interventoria estadual estava satisfeita com a presença alemã no Paraná; quando em 1936, durante uma solenidade da passagem do dirigível Hindenburg sobre a capital, Ribas parabenizou os tripulantes e passageiros da "da altiva Alemanha, cujos filhos laboriosos e honestos, aqui radicados, constroem conosco a grandeza sempre crescente do Paraná" [*sic*] (GAZETA DO POVO, 02/12/1936, p. 6). Da mesma forma, mostrou-se grato por fixarem seu retrato entre o de Vargas e Hitler no salão nobre da *Deutsche Schule* na ocasião de sua inauguração (SOUZA, 2002, 115).

Ribas também reconhecia a influência que esses imigrantes possuíam no comércio e na sociedade; sabia que detinham grande parte dos estabelecimentos comerciais da cidade e que dominavam alguns setores da prestação de serviço. Entretanto, nada disso foi motivo de dúvida durante a repressão aos imigrantes considerados perigosos pelo Estado Novo. O aparato policial foi montado por meio de uma fundamentada rede de repressão;

a ação conjunta das forças da Delegacia de Ordem Política e Social e da 5ª Região Militar e das Delegacias Regionais conseguiu criar meios de repressivos dignos do "controle total" fomentado pelo Estado Novo.

Figura 1 - Dirigível Alemão Hindelburg sobrevoando a capital paranaense em 1936.



Fonte: LOSS, Marcelo Emilio. Imigração alemã. Pedra da Gazeta. Curitiba, 2005. Disponível em: www.pedradagazeta.com.br Acesso em: 02 julho 2018.

Poderíamos tentar estabelecer uma escala de 'coexistência' de imigrantes e descendentes de origem germânica no Brasil a partir de sua chegada, no início eram bem vindos com suas diferenças, com seu idioma complexo e suas técnicas de trabalho, se estabeleceram e passaram a ocupar cada vez mais espaços dentro do ambiente urbano, mantiveram as relações estreitas com a pátria alemã e conduziram uma escalada ao comércio, a indústria e até na política, tendo sua existência no solo nacional contestada a partir do desencadeamento da Grande Guerra, mais precisamente quando em 1917 ocorreram ataques marítimos aos navios Tijuca, Lapa, Macau, Guaíba e Acari.

A partir desses episódios e com o final da Primeira Guerra e do estabelecimento de pesadas sanções a Alemanha, observaremos uma mudança de conduta em relação a presença alemã no Paraná, os alemães e seus descendentes passam a ser alvo de forças opostas, “essas pressões traduziam-se em duas forças opostas; uma, centrípeta, que pressionava a comunidade a se proteger do exterior; e outra, centrífuga, que pressionava para a desagregação do grupo, e, portanto, à sua progressiva assimilação” (NADALIN, 2001, p. 56).

A ascensão de Adolf Hitler na Alemanha explicitou os desejos de uma Alemanha forte, os discursos inflamados do Führer em relação ao povo alemão e sobre a busca de novos espaços e domínios para a Grande Alemanha deram ainda mais vazão à ideia do "perigo alemão" e gerou preocupações reais acerca da presença demasiada destes em terras tupiniquins. A situação dos imigrantes alemães no Brasil diante da campanha de nacionalização tornou-se uma preocupação constante da diplomacia alemã, porém essa mesma situação só se piorou com a eclosão do conflito bélico mundial, com a Alemanha figurando como uma das protagonistas.

Com a ascensão do Estado Novo, foram decretadas medidas que visavam a dismantelar os laços culturais que fugissem do padrão tido como ideal. A sociedade deveria comportar-se como um todo orgânico e nacional. O medo foi o agente catalisador dessas ações que visavam a coagir a população a auxiliar o Estado no controle social; o medo de ser tratado como um traidor da nação, o medo de ser preso por corroborar com esses imigrantes, o medo religioso de estar tendo de conversar com representantes do demônio, e diversos outros medos fomentados pelo vasto imaginário produzido na época.

Havia clareza nos discursos de Vargas e de seus interventores, ainda mais com o advento da guerra e o posicionamento nacional ao lado dos EUA, o “outro” era o alemão nazista, o italiano fascista e o japonês inassimilável. Em nosso caso, em Curitiba a figura do alemão nazista foi a mais significativa – embora o partido já estivesse extinto desde 1938 –, em 1942, era impossível cruzar os braços diante do chamado do Estado; era preciso posicionar-se na "luta entre o bem e o mal". É necessário dar atenção para a construção de imaginários estereotipados, pois na edificação da figura do “alemão inimigo” até a alegoria do nazista como o agente do demônio foi utilizada. Apelando para imaginários religiosos era possível “demonizar” o inimigo, convencendo boa parte dos crédulos católicos e protestantes a se posicionar favoravelmente às medidas nacionalistas – mesmo que estes

não entendessem o que as medidas significavam, já que o importante era manterem-se fiéis a Deus.

O medo tinha a censura como principal aliada e os partidários do proibicionismo procuravam purificar a sociedade através da “prática da censura exógena articulada pelo Estado, pela autocensura, censura preventiva e censura punitiva” (CARNEIRO, 1999, p. 333), de maneira que a população ficasse realmente limitada a seguir as regras e atuar em favor do governo. É evidente que nem todos sentiam essa "obrigação" para com o Estado, porém este "acionou um universo de símbolos que tinham o poder de premiar aqueles que colocassem a vida coletiva acima ao do indivíduo, identificando-se com uma entidade única: a nação" (CARNEIRO, 1999, p. 334).

Antes mesmo da declaração oficial de guerra ao Eixo, foram aproximadamente vinte ataques a navios brasileiros, que resultaram em centenas de mortes, incontáveis prejuízos financeiros e na revolta da população, que, indignada, via crescer impune as atividades dos submarinos alemães na costa brasileira. Até o final da guerra, foram torpedeados trinta e quatro embarcações brasileiras, contra onze submarinos alemães e um italiano afundados; oficialmente foram totalizados 1.081 mortos, cerca de 63% dos tripulantes embarcados nesses navios afundados (SANDER, 2007).

Figura 2 - Navios brasileiros torpedeados durante a Segunda Guerra Mundial

NAVIOS BRASILEIROS TORPEDEADOS
TORPEDED BRAZILIAN SHIPS
NAVI BRASILIANE E SILURATE

Nº	Nomes	Comandantes Brasileiros	Data do		Nº de		Mortos ou Desaparecidos			Submarinos	Comandantes Alemanes
			Ataque	Tripulantes	Passageiros	Tripulantes	Passageiros	Total			
Nº	Nomes	Brazilian Commandants	Date of the Attack	Sailor	Passengers	Sailor	Passengers	Total	Submarines	German Commandants	
Nº	Nomi	Comandante Brasiliani	Data dell'Attacco	Marinai	Passengeri	Marinai	Passengeri	Totale	Submarine	Comandante Tedeschi	
1	Cabedelo	Pedro V. Silveira	14.02.42	54	-	54	-	54	Leonardo da Vinci	Longanesi-Catani	
2	Buarque	José J. Moura	16.02.42	74	11	-	1	1	U-432	Heinz O. Schultze	
3	Olinda	Jacob Banamond	18.02.42	46	-	-	-	-	U-432	Heinz O. Schultze	
4	Arabitã	Anibal A. Prado	07.03.42	51	-	1	-	1	U-155	Adolf C. Pflering	
5	Cairu	José M. Poqueno	09.03.42	75	14	47	6	53	U-94	Otto Ibs	
6	Parnaíba	Raul F. Diogoi	01.05.42	72	-	7	-	7	U-162	Jürgen Wattenberg	
7	Comandante Lira	Severino S. Oliveira	18.05.42	52	-	2	-	2	Barbango	Erzo Gross	
8	Gonçalves Dias	Jóão B. G. Figueiredo	24.05.42	52	-	6	-	6	U-502	Jürgen V. Rosenthal	
9	Alegrete	Eurico G. de Souza	07.06.42	64	-	-	-	-	U-156	Werner Hartenstein	
10	Pedrinhas	Ernesto M. Vidal	26.06.42	48	-	-	-	-	U-203	Rolf Metzberg	
11	Tamandaré	José M. Oliveira	26.07.42	52	-	4	-	4	U-66	Friedrich Meckworth	
12	Pruva	Renato Ferrara Silva	28.07.42	35	-	1	-	1	U-155	Adolf C. Pflering	
13	Barbaena	Alcino T. Cunha	28.07.42	61	1	6	-	6	U-155	Adolf C. Pflering	
14	Baipendi	Jóão S. Silva	15.08.42	73	233	55	215	270	U-507	Hanno Schacht	
15	Araraquara	Augusto Teixeira Santos	15.08.42	74	68	66	65	131	U-507	Hanno Schacht	
16	Anibal Benévolo	Honrique J. M. Silveira	16.08.42	71	83	67	83	150	U-507	Hanno Schacht	
17	Itagiba	José Ramos Nunes	17.08.42	60	121	10	26	36	U-507	Hanno Schacht	
18	Araná	José Coelho Gomes	17.08.42	35	1	-	-	-	U-507	Hanno Schacht	
19	Jacira	Norberto H. Santos	19.08.42	5	1	-	-	-	U-507	Hanno Schacht	
20	Ozório	Almir G. de Carvalho	27.09.42	39	-	5	-	5	U-514	Hans Jürgen Auffermann	
21	Lajes	Oswaldo S. da Silva	27.09.42	49	-	3	-	3	U-514	Hans Jürgen Auffermann	
22	Antonio	Américo Moura Neves	28.09.42	40	-	1	-	1	U-516	Gerard Wöbe	
23	Porto Alegre	José F. P. Medeiros	08.11.42	47	-	1	-	1	U-504	Frist Poske	
24	Apelóide	José Santos Silva	22.11.42	57	-	5	-	5	U-163	Kurt E. Engelmann	
25	Brasilóide	Eurico G. Souza	18.02.43	46	4	-	-	-	U-518	Friedrich W. Wisemann	
26	Alfonso Pena	Euclydes A. Basilio	02.03.43	89	153	33	92	125	Barbango	Roberto Rigoli	
27	Tutóia	Acácio de A. Faria	30.06.43	37	-	7	-	7	U-153	Friedrich Guggenberger	
28	Pelotadoide	Jony Pereira Múximo	24.07.48	42	-	5	-	5	U-590	Werner Kraier	
29	Bagé	Arthur Monteiro Guimarães	31.07.43	107	27	20	8	28	U-185	August Maus	
30	Itapagé	Antonio da Berra	26.09.43	70	36	18	4	22	U-161	Albrecht A. Achilles	
31	Campos	Mário Arnanil Gama	23.10.43	57	6	10	2	12	U-170	Gunther Pfeffer	
32	Cesne Branco	(Particular)	28.09.43	10	-	4	-	4	U-170	Gunther Pfeffer	
33	Imediato João Silva		Mar.41	-	-	-	-	-		Gunther Pfeffer	

Fonte: "Eu estava lá", Livro de Memórias da Major Elza C. Medeiros, publicado em 2001.

Os fatos supracitados compõem o pano de fundo para as situações que se desencadearam em várias cidades brasileiras; a população revoltada saiu às ruas para protestar contra os atos de violência, exigindo uma imediata tomada de posição do governo brasileiro. Passamos, doravante, a discutir como essas notícias repercutiram na sociedade curitibana através da imprensa local e como a população reagiu aos fatos. Buscamos também demonstrar a atuação das delegacias de polícia vinculadas a DOPS em Curitiba e na região, enfatizando os comícios/protestos em 1942 e os quebra-quebras e depredações realizadas em comércios e residências de "súditos do Eixo", que alteraram bruscamente as relações de convivência pré-existentes entre luso-brasileiros e imigrantes/descendentes de países do Eixo.

A navegação tinha um papel crucial não só para o comércio exterior, mas para a população brasileira, que em detrimento das péssimas condições rodoviárias e das limitações ferroviárias utilizavam os navios como eficaz meio de transporte. Embora as perdas financeiras tenham assustado o governo, as vidas ceifadas assustaram a população.

Os jornais paranaenses noticiavam os ataques, mas não aparentavam estar carregadas do patriotismo costumeiro. Destacamos entre os jornais de época uma notícia veiculada – tardiamente – no Correio da Manhã de agosto de 1942,¹ quando já haviam sido afundados dez navios brasileiros, um prejuízo estimado superior a 10 milhões de dolares, vitimando fatalmente 123 pessoas.

A chamada tem um tom apenas informativo e parece não querer causar impactos na relação já conturbada do Brasil, relatando com detalhes os acontecimentos, solicitando auxílio imediato dos EUA na defesa do país. Até então o Brasil ainda mantinha a neutralidade, somente após a declaração de estado de beligerância, em 22 de agosto de 1942, que foi noticiada pelo Correio da Manhã, no dia 24 desse mesmo mês, com a seguinte chamada "Declarado ao Departamento de Estado norte-americano o estado de beligerancia do Brasil" (Correio do Paraná, Curitiba, 24/08/1942). No decorrer da notícia, ficam esclarecidos os motivos da não isenção do Japão do estado de beligerância; nas palavras do embaixador brasileiro Martins Pereira de Souza: "não fomos alvo de nenhuma agressão de sua parte" (Correio do Paraná, Curitiba, 24/08/1942).

Seria demasiado inocente propalar que apenas os ataques aos navios brasileiros fizeram com que a população civil se revoltasse contra os imigrantes e seus descendentes; é impossível isentar os sentimentos patrióticos exaltados por quatro anos de discurso nacionalista por parte do governo, imprensa e polícia. Acreditamos que essa demora em aderir a um dos lados na guerra não só serviu para angariar fundos de ambos os lados, mas também para preparar o cenário, preparar a população para que esta não fosse um entrave no posicionamento político brasileiro e mais para que esta não se perguntasse como uma governo autoritário, pautado em uma ditadura, aderira a uma guerra contra os inimigos da democracia.

Os alemães tentavam manter uma unidade, mesmo diante das adversidades propostas pelo governo nacional:

Os sentidos de conservação de identidade por parte dos alemães superaram os contornos de integração em que a política varguista almejava vê-los disciplinados. A concepção de identidade que nutriam explica que alguns atos de caráter biológico (como no caso da alimentação), ou de cultura material (vestimenta ou arquitetura), ou ainda, de ato social (como a celebração de festas e eventos), se transformaram em questão política, mesmo não sendo esta a pretensão (MILCZVSKI, 2011, p. 448).

¹ Correio do Paraná, Curitiba, 02.08.1942 – "Torpedeamentos de navios brasileiros nas proximidades dos EE.UU".

Em Curitiba, logo após os primeiros atentados contra navios brasileiros, uma parte da população resolveu tomar para si as responsabilidades do Estado, embora as ações que esse grupo de pessoas tomaram realmente não fossem atribuição de ninguém; afinal, houve uma personificação dos fascismos europeus em pessoas que necessariamente não compactuavam com as ideias nacionais socialistas empreendidas na Europa.

Extremismo, violência e depredação ao patrimônio “germânico” em Curitiba

No dia 18 de março de 1942, a população organizou um comício para protestar as vidas ceifadas pelos submarinos alemães, para exigir uma revanche imediata por parte do Brasil e em nome do civismo e do patriotismo – após o término dos discursos – saíram às ruas da capital paranaense depredando prédios que abrigavam residências e estabelecimentos comerciais dos denominados "quinta colunas"² e "súditos do Eixo". Foram contabilizados sessenta e oito (68) estabelecimentos comerciais depredados, sendo estes de propriedades de alemães, japoneses, italianos e outras nacionalidades – que mesmo não fazendo parte do confronto bélico, fizeram parte da empreitada por terem nomes que se julgava pertencer aos eixistas.

Mesmo os brasileiros descendentes pagaram o preço do "civismo curitibano", citamos o caso de Alfredo Weiss, nascido no Brasil e estabelecido em Curitiba desde 1893, em que seu estabelecimento – Foto Progresso – segundo foto apresentada pelo mesmo ao General Pedro de Albuquerque, da 5ª Região Militar, foi completamente depredado durante a manifestação da noite do dia 18.03.42.

² Quinta-coluna é uma expressão usada para se referir a grupos clandestinos que atuam, dentro de um país ou região prestes a entrar em guerra (ou já em guerra) com outro, ajudando o inimigo, espionando e fazendo propaganda subversiva, ou, no caso de uma guerra civil, atuando em prol da facção rival. Por extensão, o termo é usado para designar todo aquele que atua dentro de um grupo, praticando ação subversiva ou traiçoeira, em favor de um grupo rival. O quinta-colunismo não se dá no plano puramente militar, mas também por meio da sabotagem ou da difusão de boatos, "atacando de dentro" ou procurando desmobilizar uma eventual reação à agressão externa. O termo foi cunhado durante a Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939) para designar a ação de 'uma coluna de soldados que não marchava junto com os outros', pois estavam infiltrados, fazendo um trabalho interno de resistência. Em nosso caso, o alemão era visto como infiltrado de Hitler na sociedade brasileira, preparando o terreno para uma aproximação alemã ou para uma possível tomada de poder.

Figura 3 - Sala de espera do Foto Progresso – Curitiba.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná – Fundo DOPS – Pasta Temática 254 – Topografia 27 – Comício de 18 de março de 1942. Acervo pessoal.

Um fator interessante desse comício é que este começou pela manhã, com uma grande reunião de pessoas na Praça Osório, onde professores, jornalistas e líderes de comunidades discursaram em prol do nacionalismo e do sentimento de luta que estava se impondo sobre o país. Terminada a "exposição nacionalista", seguiu-se um desfile organizado por uma das grandes avenidas da cidade. De acordo com os relatos contidos nos jornais, tudo transcorreu na maior ordem possível e esses manifestantes chegaram à Praça Santos Andrade, onde começaram um novo comício, só que dessa vez com diversos oradores e entre eles o já conhecido acusador do nazismo e de seus praticantes Rodrigo de Freitas, radialista da PRB2 e cronista da Gazeta do Povo (Diário da Tarde, Curitiba, 19/03/1942).

Os jornais não relataram a presença de nenhuma autoridade local, mas informam que logo após o encerramento do comício, a multidão foi exercer seu "civismo patriótico" nas ruas da capital. O sociólogo Otávio Zucon enumera alguns atentados que compuseram esse cenário e que são retratados também em parte dos documentos que restaram da DOPS sobre o comício. Entre as dezenas de atos violentos, destacamos a situação do Foto

Progresso (como demonstramos acima), o incêndio provocado na Casa Mascote, empresa que comercializava produtos usados e de segunda mão, a depredação da Casa Suíça, loja de materiais elétricos de propriedade de Alfredo Bollinger, o quebra-quebra geral da loja de meias Mousseline, entre outros.

Em relação ao incêndio da Casa Mascote, os laudos do Corpo de Bombeiros de Curitiba demonstram que não houve vítimas, mas que os prejuízos foram enormes, segundo o oficial responsável, 2º Ten. Joaquim de Souza Teixeira, no incidente foram utilizados três caminhões pipas da corporação que foram chamados aos 55 minutos do dia 19.03.1942 e que levaram cerca de cinquenta minutos para extinguir o fogo, visando, sobretudo, a proteger as casas e os estabelecimentos que rodeavam o prédio. Zucon (1997, p. 112) descreve um detalhe que ajuda a compreender a motivação dessas pessoas; em meio ao quebra-quebra, cessaram o ataque à Casa Mascote quando localizaram em seu interior uma fotografia de Getúlio Vargas, e logo que a foto foi "salva", continuaram a destruir o local.

Outros dois incidentes têm como causa fatores comuns, primeiro, existia um estigma nos sobrenomes estrangeiros, que era intensificado pelo fato da população não saber diferenciar os diversos sobrenomes dos imigrantes existentes na cidade e relativizar automaticamente para alemães, italianos e japoneses, e o segundo, comum durante manifestações, esquecerem a "causa da luta" e agirem instintivamente, destruindo e depredando bens, locais ou pessoas que nada possuíam ligação com o protesto. Esse tipo de manifestação tem como alibi a crença comunitária, que naquele momento estava incumbida de lutar pela nação brasileira, relativizando – muitas vezes erroneamente – todos os imigrantes como agentes subversivos e "súditos do Eixo".

Havia uma confusão de percepção entre os agentes da DOPS/PR, primeiro por não existir um correto diferenciamento entre o idioma alemão, o polonês, o ucraniano, etc. Pelas detenções apontadas em estudos anteriores, como o de Roseli Boschilia e Rafael Athaides, se não fosse o vernáculo a ordem era deter para averiguar, alguns agentes mais experientes conseguia distinguir quem era efetivamente alemão, de quem não era, mas diante da dificuldade, detinham primeiro e perguntavam depois, prática ainda não abandonada pelos seguimentos policiais até a presente data.

Os suíços tinham esse 'privilegio' de serem constantemente confundidos com alemães, logo, a Casa Suíça de Alfredo Bollinger foi completamente destruída pelos manifestantes. No dia seguinte, este se dirigiu à delegacia para revelar que era de

nacionalidade suíça e que esse país se mantinha neutro diante do conflito mundial,³ dessa forma, ele não poderia ser prejudicado pelo fato dos manifestantes não possuírem informações precisas sobre a guerra. Já a loja Mousseline, de propriedade de um brasileiro, foi devastada na noite anterior e seu proprietário foi até a redação do Diário da Tarde para que fosse esclarecido publicamente que "Mousseline" era uma palavra de origem francesa e que significava tecido leve, sendo este matéria-prima para fabricação de meias, e que o nome não possuía vínculo algum com o comandante supremo do fascismo italiano.

Nem só os estrangeiros "não existas" se dirigiram até as delegacias para contestar; mais do que isso, um grupo de trabalhadores brasileiros da empresa Theodoro Schaitza e Cia – de propriedade de um alemão e de um brasileiro nato – foram no dia seguinte até a Chefatura de Polícia entregar um abaixo-assinado a Fausto Bittencourt, argumentando que a maioria dos trabalhadores eram brasileiros e que daquela fábrica dependiam muitos outros brasileiros, solicitando garantias de que a mesma não fosse atacada novamente.

São quase cinquenta assinaturas que seguem junto à solicitação. Esse tipo de atuação da população demonstra que ainda havia uma coexistência entre imigrantes e brasileiros, e que embora a grande maioria estivesse totalmente de acordo com as medidas nacionalistas adotadas pelo Estado Novo, alguns ainda não haviam absorvido o discurso da grande imprensa contra os imigrantes.

Sobre os acontecimentos do dia dezoito, o cronista da PRB2, Rodrigo de Freitas, publicou dois dias depois em sua coluna um texto enaltecendo a participação da população nos atos que "serviram de eles para demonstrar aos inimigos do Brasil que os brasileiros os conhecem e sabem onde eles se ocoitam [sic]" e ainda ressaltou que "[...] não houve, portanto, injustiças".⁴

É certo que a população ficou em êxtase com as palavras de Freitas e com os resultados das ações contra os "filhos de Hitler", mas para a polícia e em especial para a Secretaria de Justiça esse evento ocasionou muitos problemas, um dos mais destacados foi levantado pelo Comandante da 5ª Região Militar Pedro de Albuquerque, que repreendeu duramente o Chefe de Polícia do Paraná, pois o fato havia sido relatado ao Ministério da Guerra e de acordo com o Ofício 55 B/C de 10.04.1942:

³ Diário da Tarde, Curitiba. 20.03.1942 e *Relação das Casas depredadas no comício realizado (sic) em 18.03.1942*. Fls. 3-5. – Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática nº 254 – Topografia 27.

⁴ O Povo tem mil olhos e mil ouvidos para ver e para ouvir – Crônica da PRB2 – Lida no dia 20.03.1942 – Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática nº 254 – Topografia 27.

[...] II - Os acontecimentos que se verificaram nessa cidade, no dia 18 do corrente, quando me achava ausente em viagem de inspeção, tiveram grande repercussão não como um ato de civismo mas como ato de depredatório ao qual está inteiramente alheia a culta sociedade de Curitiba. III – Tendo levado os fatos ao conhecimento do Sr. MINISTRO DA GUERRA, sua Excia, como este Cmdo. reprovou-os. IV – Solicito-vos providencias preventivas para que fatos dessa natureza não se reproduzam *[sic]* [...]".⁵

Nesse mesmo ofício é remetida ao Chefe de Polícia uma lista com dezesseis nomes para serem interrogados, entre eles o do cronista da PRB2. O Ten. Cel. Agenor Brayner, na breve descrição de cada "elemento", pontua que em sua maioria eram comunistas ou já estiveram envolvidos com causas comunistas, reforçando a ideia do Gen. Pedro de Albuquerque de que a "fina nata" da culta sociedade curitibana nada tinha a ver com o imbróglio.

É visível o caráter pessoal e a suspeição empregada nos relatórios, reiterando que algumas informações são de caráter no mínimo duvidoso, algumas palavras e terminologias servem para a construção da figura do elemento nocivo e para justificar sua retenção ou a necessidade de colocá-lo sobre suspeita. Notamos que há nessa lista um abuso da alcunha de "comunista", afinal, quando se trata de "brasileiros indesejáveis", a ideia de "quinta coluna" e "súdito do eixo" não se aplica, logo, aplica-se a lógica da suspeição, que também servia como controle das atividades comunistas.

Ao trabalhar com a lógica de suspeição e as imagens da subversão do DEOPS de São Paulo, Fernanda T. Magalhães expõe que:

O aparato repressivo acionado pelo governo de Getúlio Vargas – que difundia o medo às "ideias exóticas" e o terror pelo estrangeiro – mostrou-se como estratégia excepcionalmente eficaz de controle e vigilância da população. [...] O imaginário gerado sobre esses grupos – com vestígios ainda nos dias de hoje – criou personagens estereotipados, possíveis de serem identificados nos prontuários do DEOPS. Esses personagens identificados na sociedade refletiam a ideia do que era considerado "perigo real" para a nação (MAGALHÃES, 2008, p. 25-27).

No Paraná, esse tipo de abordagem também foi amplamente utilizado; os relatórios da DOPS do período retratam a ojeriza aos comunistas e estrangeiros, expressões como

⁵ Ofício da 5ª Região Militar nº 55 B/C de 10.04.942 – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

"súditos do Eixo", "filhos de Hitler", "quinta-colunas" são constantes nos relatórios das delegacias, na imprensa e até nos documentos e portarias oficiais.

De acordo com Benevides (1991, p.32), ao ser informado dos acontecimentos e das ocorrências da noite do comício, Manoel Ribas não censurou os paranaenses e ainda elogiou a postura patriótica do povo diante do momento incisivo e belicoso que a pátria atravessava. Todavia, para não deixar o paternalismo costumeiro de lado, apressou a organização da Liga de Defesa Nacional no Estado, visando a coordenar as forças cívicas nacionais pelos caminhos corretos.

O diretório da LDN foi fundado logo a 19.03.1942; os jornais paranaenses fizeram grande alarde sobre a instituição patriótica que se instalara em Curitiba, a qual tinha propósitos variados que iam desde: a) Manter em todo estado a ideia de coesão e integridade nacional; b) Propagar a educação popular e profissional; c) Difundir a educação cívica; d) Velar pela prosperidade, segurança e dignidade nacionais; e) Combater o analfabetismo, alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes; f) Desenvolver o culto ao heroísmo; g) Aconselhar e facilitar a instrução militar; h) Avivar o amor e o estudo da história da pátria; etc.⁶

Entre tantas prioridades, uma ficava subentendida, controlar a população através da criação de um nacionalismo exacerbado. Com a criação de instituições em prol da guerra, o governo aproximava as pessoas das questões sociais e as afastava das questões políticas, afinal, como sustentar uma guerra contra as tiranias autoritárias, pregar a manutenção da democracia no mundo e estar sobre a égide de um regime autoritarista.

A LDN inaugurou uma sequência, logo em seguida vieram a Cruz Vermelha, a Liga de Defesa Antiaérea, a Liga Brasileira de Assistência, a Comissão de Abastecimento, a Liga de Defesa Passiva, entre outros que ajudaram a criar em Curitiba um "*front interno*", auxiliando na mobilização das pessoas contra as tiranias fascistas e em prol do "verdadeiro Brasil brasileiro".⁷ Dentre os órgãos instituídos para fomentar o projeto de nacionalização, a Liga de Defesa Nacional foi o que mais teve destaque na imprensa paranaense. O Diretório Regional era presidido pelo interventor em pessoa; Ribas tomou para si a responsabilidade de tornar a LDN no Paraná uma realidade.

⁶ A LDN ficou em evidência por vários dias nos jornais curitibanos e manteve-se presente na imprensa durante toda guerra como órgão regulador do patriotismo e do civismo nacionalista. Para compormos os propósitos acima, utilizamos os seguintes jornais: Diário da Tarde, Curitiba, 24.03.1942 – Gazeta do Povo, Curitiba, 24.03.1942 – O dia, Curitiba, 28.03.1942.

⁷ Discurso de Manoel Ribas divulgado no Diário da Tarde, Curitiba, 25.10.1943.

O diretório significava, dentro da política de Ribas, uma vitória à parte, porque ali constava a fina nata da intelectualidade curitibana, contando com Brasil Pinheiro Machado, Wilson Martins, José Loureiro, Serafim França, Romário Martins, David Carneiro, entre outros. Benevides (1991, p. 25) sugere que "o maior mérito de Manoel Ribas foi acenar para homens de projeção na tímida vida intelectual local", aproximando-se da elite pensante paranaense e fazendo com que ela atuasse a seu lado.

A importância dessa aproximação dá-se pelo fato do conservadorismo paranaense – representado por essa intelectualidade – ser um obstáculo duro a ser vencido, especificamente por uma interventoria de caráter ditatorial e pela resistência que estes tinham ao Estado Novo. Benevides (1991, p. 12) propala que o interventor teve êxito em "domesticar as classes conservadoras interessadas na manutenção de seus privilégios", já que a maioria dessas figuras proeminentes o combateram no início da década de 1930, quando havia sido nomeado para a interventoria estadual e seu modelo de governo "modernizador" era visto com desconfiança por eles.

Ao ser instalado no final de março de 1942, o diretório recebeu a incumbência de dar conta de fiscalizar e gerenciar todo tipo de manifestação patriótica, particularmente os comícios, haja vista que no início daquele mês a capital vivenciara uma noite caótica, quando mais de dez mil pessoas saíram às ruas "exercendo seu civismo patriótico" contra os imigrantes eixistas. A LDN era o órgão que tinha apreço incontestado do Presidente da República e do interventor estadual; por conseguinte, antes mesmo da homologação oficial a discussão acerca da instalação do Diretório Regional propiciou aos jornais um vasto número de páginas. Chamadas variadas noticiavam a chegada da LDN ao Paraná e ressaltavam a iniciativa de Ribas e de seus companheiros.

O Diário da Tarde noticiou a instalação da LDN como "Paraná viveu sua maior hora cívica" (Diário da Tarde, Curitiba, 26 de março de 1942, p. 01); a Gazeta do Povo como "Sublime espetáculo de civismo e brasilidade" (Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de março de 1942, p. 01). Ambos os jornais divulgaram, no dia seguinte da cerimônia, os principais objetivos do Diretório Regional da LDN. Dentre os muitos itens que compunham as diretrizes da organização, destacamos o principal, que tratava de: "Manter, em todo o Brasil a ideia de coesão e integridade nacionais, procurando facilitar e desenvolver as comunicações morais e materiais entre as unidades de nossa pátria" (Diário da Tarde, Curitiba, 23 de março de 1942, p. 01).

Logo, manter a população alinhada às premissas do Estado Novo. De acordo com a historiadora Roseli Boschilia, a LDN permeava todas as questões relativas às datas comemorativas e eventos de importância nacional, como o desfile do Dia da Independência e outras manifestações cívicas que reuniam milhares de pessoas nas ruas da capital. Outra atividade característica da LDN era criar e desenvolver campanhas de arrecadação de fundos para a guerra e promover cursos para a formação de telegrafistas e operadores de rádio.

Acontecimentos Marginais: nuances patrióticas descritas pela DOPS/PR

Para além do grande comício do dia 18 de março, evidenciamos na documentação da polícia política, outros acontecimentos esparsos, que ocorreram na região litorânea nas proximidades da capital. Buscaremos apresentar esses desdobramentos marginais, que em sua maioria foram atendidos pelas delegacias regionais, haja vista que, a DOPS/PR tinha poucos agentes que não estavam vinculados a outras práticas policiais cotidianas, de forma a ilustrar a insatisfação e a ação coletiva dos populares contra os "súditos do Eixo".

Encontramos, na pasta da Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá, o Relatório nº 647, que descreve o ocorrido no comício realizado no dia 20/08/1942 em Antonina e a atuação eficaz do delegado local em reter a população apenas ao comício. Relata também que houve falta de competência do delegado suplente ao permitir que ocorresse na noite do dia 19 uma sorte exagerada de atos violentos contra residências e comércios de imigrantes supostamente eixistas.

Já no Relatório nº 156 da Delegacia de Polícia de Antonina encontramos a descrição do ocorrido no dia 19 anterior, quando o delegado esteve ausente da cidade, a fim de realizar exames médicos na capital, estando no comando José de Araújo e Silva. De acordo com o relatório, foi realizado pelas autoridades locais da cidade um comício contra os atos violentos a navios brasileiros ocasionados por submarinos alemães. O mesmo transcorreu ordenadamente, porém as pessoas que participaram não retornaram as suas residências e dirigiram-se ao mesmo tempo a vários pontos da cidade, praticando uma série de represálias a estabelecimentos comerciais e residências de alemães e japoneses.

Como haveria outro comício no dia posterior, foi solicitada a presença de reforços de Paranaguá. Às 18 horas na Praça Coronel Macedo a população iniciou um enterro simbólico de Hitler e tinha a intenção de seguir ao Antonina Hotel, de propriedade de um alemão, para dar continuidade às depredações do dia anterior, mas foi convencida pelo

delegado a retornar ao local do comício e deixar nas mãos do governo as medidas cabíveis. Durante o processo de contenção da população irritada, chegou à cidade um pelotão do destacamento de Paranaguá, que ao evidenciar a situação sob controle retornou à origem, com exceção do Tenente Emilio S. Valle, que permaneceu na cidade por mais alguns dias.⁸

Em 02/09/1942, o delegado auxiliar de Paranaguá solicitou ao chefe da Secretaria de Segurança Fausto Bittencourt providências urgentes, pois na colônia de Serra Negra estava sendo divulgado oralmente um convite para que no dia 7 de setembro os brasileiros se reunissem para queimar e destruir todos os bens de alemães e seus descendentes. Alegavam que os prejudicados seriam brasileiros e que nada poderiam esperar do inspetor de polícia local, já que eram seus familiares que estavam organizando a baderna e faziam parte das premeditações.⁹

Várias ações compuseram esse cenário de ojeriza aos imigrantes alemães, italianos e japoneses no Paraná; as delegacias regionais e a própria DOPS tiveram muito trabalho para conter essas manifestações, sobretudo porque esse trabalho tornava-se paradoxal ao discurso proferido pela própria polícia política, que incentivava as delações, a vigilância e o comprometimento pessoal de cada um para com o país.

Esses comícios/quebra-quebras foram o início de uma fase diferente na vida dos paranaenses; a partir dali uma intrincada rede de denúncias abasteceria as delegacias de polícia, que por sua vez atuaria de maneira veemente, efetuando prisões, realizando interrogatórios, preenchendo resmas e resmas de papéis usados para compor os relatórios, ofícios e portarias que dimensionariam o controle da população civil através da política do medo. Medo da guerra, medo dos agentes subversivos de Hitler, Mussolini e Hiroito, medo dos comunistas "comedores de criancinhas", medo de tudo aquilo que fosse contra a ordem e os costumes e do já tradicional conservadorismo paranaense.

É uma pena que boa parte desses relatórios se perdeu ou foram intencionalmente perdidos; infelizmente muitas perguntas ficam sem respostas ou ainda geram novas indagações. No que foi possível averiguar nos documentos disponíveis da extinta DOPS/PR no Arquivo Público do Estado de Curitiba, as delegacias paranaenses, sob o comando de Valfrido Piloto, agiram de forma extenuante e com o que Benevides chama de "eficácia invejável" levaram a sério as medidas repressoras e fizeram do DOPS um

⁸ Delegacia Regional de Paranaguá - Pasta Temática 584A, Topografia 65.

⁹ Delegacia Regional de Paranaguá - Pasta Temática 584C, Topografia 65.

relógio bem regulado, atuando no máximo de frente possíveis, o que direta e indiretamente ocasionou mudanças relevantes no dia-a-dia dos cidadãos curitibanos.

De acordo com Sader (1988), os acontecimentos cruciais (pontos de tensão) produzem novas formas de identidade coletiva, e suas formas de expressão são as mais variadas, privilegiando as ações diretas, ou seja, as manifestações de suas vontades, grosso modo compatível com o modelo de atividade coletiva por nós evidenciado em Curitiba, pois diante de uma situação adversa (presença de alemães no meio social), as pessoas reuniam-se em pontos públicos no cair da noite para vandalizar e depredar estabelecimentos de propriedade de imigrantes ou descendentes de alemães ou que tivessem qualquer vínculo com o eixo.

Se um movimento social trata da ação conjunta de homens a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais em dada sociedade, preliminarmente acataríamos a tese de que em Curitiba, na década de 1940, havia a formação de um movimento social. Entretanto, seria demasiado caracterizar essa mobilização como um movimento social específico, porque não tinha qualquer espécie de hierarquia constituída, não possuía um projeto idealizado, bem como não tinha em mente nenhuma grande alteração do quadro social ali existente.

Alegar que essas ações populares estavam sendo articuladas por um movimento específico seria precipitado, já que se tratavam de atividades esparsas e sem uma liderança iminente – no caso uma figura messiânica ou um líder revolucionário. Todavia, concordamos com Frederico de Castro Neves (2000), o qual, estudando as multidões no Ceará, as descreve como um sujeito político coletivo, rejeitando as interpretações que caracterizam essas ações como meras irracionalidades da população. De acordo com Neves: "As ações da multidão estão, portanto, conectadas, mas nem sempre articuladas, com as disputas teóricas encetadas no âmbito – para ela inacessível – do mundo letrado onde se desenvolvem as políticas do Estado e as teorias econômicas" (NEVES, 2000, p. 154).

Quem pode tomar para si o direito de justiça?

Parece ser do senso comum, que o brasileiro historicamente ‘atrolepe’ a ordem das coisas quando tratamos do jurídico, o desejo de justiça e a crença em um modelo de solução que passe pela imediata retaliação não é nova e amplamente pesquisada pelos

cientistas sociais e juristas brasileiros.¹⁰ Nesse sentido a máxima aristotélica: “A lei é a razão livre de paixão”, também não pareceu agradar os paranaenses que eivados de um sentimento patriótico, entenderam que somente a ação violenta poderia conter a possibilidade do caos. Diferentemente da justiça aplicada pelo Estado, a “justiça” aplicada pela população diretamente contra aqueles que consideravam um entrave ao país (alemães, italianos e japoneses), não comporta princípios e leis que representem um ‘espírito jurídico’, na verdade essa autotutela popular é perigosa porque princípio nenhum é capaz de parar uma turba revoltosa quando ela se coloca em marcha.

Acreditamos, que apesar dos ânimos acirrados, que a população curitibana tenha agido de maneira violenta ao acatar o discurso moralizante imprimido por Vargas acerca da necessidade da criação de um país mais brasileiro e que, imbuída pela necessidade de cumprir seu papel social, saiu às ruas depredando comércios, clubes recreativos e toda gama de locais que estivessem relacionados a imigrantes ou descendentes do Eixo. É justo enunciar que ocorreram descontentamentos em relação à repressão efetiva contra imigrantes e descendentes, não só pelos mesmos, mas havia parte da população, embora minoritária, que enxergava outros meios para tratar do assunto, mas como não possuíam força de imprensa e não podiam manifestar-se abertamente, procuravam de maneira sigilosa desacatar ordens, espalhar boatos e promover algazarras noturnas em bairros curitibanos.

Embora não possamos caracterizar essa mobilização em Curitiba como um movimento social organizado, apontamos o crescimento que a temática da participação popular vem desencadeando no campo da história política e dos movimentos sociais. Para Paoli & Telles (2000), essa presença de atores coletivos que não podem mais ser deixados de lado são elementos cruciais na atual redefinição das relações entre Estado e sociedade.

De acordo com Dominique Julia, uma das primeiras reorientações para se entender a ação das multidões é não se tratá-las como atividades espasmódicas, e sim considerá-las “[...] como uma expressão política própria os discursos e os gestos dos atores, que são animados pela convicção partilhada de defenderem os direitos tradicionais e os costumes [...]” (1998, p. 223). Logo, parte da sociedade curitibana reagiu violentamente em nome “da ordem” ou do restabelecimento da mesma. Julia ainda postula que “é possível

¹⁰ Verificar os estudos do sociólogo Sergio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) e do jurista Daniel Marques de Camargo, autor de *Jurisdição crítica e direitos fundamentais*, pela editora Nória Fabris em 2009.

distinguir comportamentos diferenciados, lógicos, organizados, adaptados aos lugares e às circunstâncias, sob a aparência de impulsividade" (1998, p. 225).

A tomada do poder por um regime de exceção e atuação da 5ª Região Militar no controle desses imigrantes considerados “inassimiláveis” resultou na maior afronta que imigrantes e descendentes sofreram em pouco mais de um século de imigração para o Brasil: o Plano de Nacionalização proposto pouco depois da instalação do Estado Novo.

Essas medidas restritivas obrigavam a utilização do idioma nacional, decretavam o fim das escolas particulares, extinguíam a ação do NSDAP no país e ainda consideravam criminoso aquele que simplesmente utilizasse o seu idioma natal em locais públicos. Baseadas na existência de um partido político alemão – NSDAP – e na propaganda germanófila que este realizava no Brasil através de seus jornais, de seus filiados e de desfiles patrióticos foram tomadas atitudes que fariam frente ao que podemos chamar de ameaça visível à soberania nacional.

É fato que um país deva estabelecer limites que conservem sua soberania, porém naquele momento foi esquecido que não houve, por parte dos governos anteriores, investimentos para assimilar esses imigrantes à cultura nacional, não foram construídas escolas que lhes ensinassem o português; ao contrário, permitiram que os imigrantes construíssem suas próprias escolas e quando estes foram à procura de livros e professores que ensinavam o idioma não tiveram sucesso, e as aulas foram ministradas em sua língua natal. A falta de estratégias para que essas relações culturais/sociais ocorressem levou ao enquistamento de colônias inteiras, na continuidade da transmissão de costumes e hábitos relacionados à pátria anterior e ainda a perpetuação de ideias completamente externas à política nacional, como o nazismo.

Destarte debater o que é certo ou errado na História, podemos afirmar que essa população revoltosa agiu em prol do que acreditava ser correto, pautada no discurso oficial que valorizava o nacional frente aos estrangeiros e suas “políticas subversivas”, cabe-nos enquanto historiadores e historiadoras explicar qual o contexto histórico, quais as práticas sociais e por quais modelos essa conduta de ‘buscar justiça pelas próprias mãos’ foram implementadas. Evidenciamos, nesse pequeno artigo a importância dos meios de comunicação como o rádio e os jornais para que fossem propalados discursos fortemente nacionalistas e que conduziram a população a tomarem as medidas protetivas que julgavam necessárias. Entendemos que essa ação coercitiva impetrada pela população curitibana pode ser tratada como fato isolado, mas que ao ser analisada numa perspectiva

de processo, ganha contornos históricos mais evidentes, haja vista que, está articulado com um propósito maior, que no momento era representado pela manutenção da nacionalidade brasileira

Referências

- BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. **Terra sem Passado**: um estudo do Paraná contemporâneo. 1991. 237 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins** (1995). Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (107).
- CARNEIRO, Maria Luiza. Tucci. O Estado Novo e o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- JULIA, Dominique. A violência das multidões: É possível elucidar o desumano?. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- MAGALHÃES, Fernanda Torres. **O Suspeito através das lentes**: o DEOPS e a Imagem da Subversão (1930-1945). São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2008.
- MILCZVSKI, Thalita Martins da Silva. **O silêncio que atravessa palavras** - os germânicos em Curitiba durante o Estado Novo: repressão e resistência. 2011. 87 f. Monografia - Curso de História, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de Origem Germânica no Brasil**: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade. 2. ed. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2001.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História** – Saques e outras ações de massa no Ceará. Fortaleza: Relume Dumará Editora, 2000.
- PAOLI, Maria & TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVARES, Sônia et all. **Cultura e política dos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**: A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- SOUZA, Regina M.S. **A Estrada do Poente**: Escola Alemã/Colégio Progresso (Curitiba 1930 – 1942). 2002.152 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História, Cultura e Poder) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ZUCON, Otávio. Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra. Curitiba, **Revista de Sociologia e Política**, nº 9, 1997

Fontes

Pastas Temáticas – Fundo DOPS/PR – Arquivo Público do Estado do Paraná

Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática 254 – Topografia 27.

Delegacia Regional de Paranaguá - Pasta Temática 584A, Topografia 65.

Delegacia Regional de Paranaguá - Pasta Temática 584C, Topografia 65.

Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática 1747 – Topografia 209.

Periódicos do Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Correio do Paraná, Curitiba, 02.08.1942

Correio do Paraná, Curitiba, 24.08.1942

Diário da Tarde, Curitiba, 19.03.1942

Diário da Tarde, Curitiba, 20.03.1942

Diário da Tarde, Curitiba, 23.03.1942

Diário da Tarde, Curitiba, 24.03.1942

Diário da Tarde, Curitiba, 26.03.1942

Diário da Tarde, Curitiba, 25.10.1943

Gazeta do Povo, Curitiba, 24.03.1942

Gazeta do Povo, Curitiba, 26.03.1942

O dia, Curitiba, 28.03.1942

Recebido em: 10 de outubro de 2018.

Aprovado em: 11 de novembro de 2018.